

Quando uma doença ameaçou tornar nosso futuro filho uma criatura doente ou retardada, meu marido e eu tivemos de enfrentar um grave problema: onde começa ou termina o direito à vida?

Preferi o Aborto

CLAUDE SERVAN-SCHREIBER

TUDO começou com um acidente rotineiro enquanto esquiava. Caí num buraco, torcendo ligeiramente o pescoço. A dor persistia no dia seguinte, por isso fui a um médico em Genebra, a cidade mais próxima. Enquanto apalpava meu pescoço com os dedos, o Dr. A. me perguntou: «Há quanto tempo tem isto?»

Comprimindo-a com o dedo, o doutor se referia a uma protuberância subcutânea, do tamanho de uma ervilha, que eu tinha entre a base do crânio e o ombro direito. Nunca a havia notado.

«Será que isso aconteceu quando caí?», perguntei.

«Acho que não», respondeu. Mas, quando lhe pedi uma explicação, não quis se arriscar. Imediatamente me submeteu a uma série de testes, e disse que mandaria os resultados para o meu médico em Paris, Dr. M.

Dias depois, fui com meu marido ao consultório do Dr. M. Disse ele:

«Os testes mostram que você contraiu toxoplasmose nas últimas semanas. Não é nada sério. Só é problema numa mulher grávida.»

Fiquei gelada. Eu estava grávida de dois meses.

O médico explicou que o sistema de imunização da mulher estimula os mecanismos de defesa que protegem o embrião contra a maioria das doenças. Mas certos tipos de vírus ou de parasitas microscópicos (como o toxoplasma) conseguem passar além desse *filtro*.

Meu marido Jean-Louis e eu fizemos a mesma pergunta ao mesmo tempo: «Mas, se o bebê está vulnerável, o que acontecerá a ele?»

«Nada, espero, se tratarmos de você imediatamente. Os resultados dos testes serológicos indicam que sua doença está em estágio de desen-

volvimento. Se o toxoplasma ainda não penetrou na bolsa protetora da criança, há remédios que podem impedir sua propagação nos próximos meses. Você deverá tomar...»

«Mas, doutor, a criança será normal?»

Ele não respondeu imediatamente. Quando levantou para se despedir, disse calmamente: «Por favor, não se alarmem à toa. Tudo poderá sair bem. Mesmo se a criança estiver infectada pela toxoplasmose na época do parto, nós a curaremos.»

«Mas não há nenhuma forma de descobrir se a criança já não foi contaminada?»

«Não. Lamento muito.»

Poucos casais queriam um filho tanto quanto nós. Um ano antes (e muitos anos depois de nossas duas filhas terem nascido), tínhamos perdido nossa terceira criança, um menino, logo depois do parto. Para nós, esta nova gravidez representava o triunfo da vida sobre a morte. Eu iria fazer 34 anos, e pensávamos que seria nossa última oportunidade de ter um filho-homem.

No dia seguinte, lembrei-me de repente que tinha lido numa revista um artigo sobre toxoplasmose. Quando o li pela primeira vez, não me chamou muito a atenção. Advertia as mulheres contra os dois transmissores de toxoplasma, carne crua e gatos. Como eu nunca comera bife tártaro e não possuía gatos, não me senti diretamente afetada pelo problema. Agora, no entanto, uma segunda leitura me deixava alerta.

«Se o toxoplasma se aloja no cérebro do feto», dizia o artigo, «a criança pode nascer com uma lesão cerebral. Se se aloja no olho, a lesão será na retina. Na Suécia e na Dinamarca, esta doença justifica o aborto.» Seria então assim tão sério?

Telefonei imediatamente para o Dr. M. para lhe contar o que tinha lido.

«Não há nada a fazer, exceto tomar os remédios que lhe prescrevi», disse ele calmamente.

«Isso é impossível», repliquei. «Se a criança foi infectada, poderá nascer hidrocefala, cega ou coisa pior. *Precisamos* descobrir se a doença já chegou a ela.»

«Minha senhora, já lhe disse que tivemos sorte em descobrir a doença no princípio. Tudo poderá correr normalmente...»

As coisas estavam claras agora: ele se recusava a admitir a idéia de que já poderia ser tarde demais para o bebê. Mas, e se o médico tivesse razão? Era vital que eu me mantivesse calma e que não me amedrontasse pelos precedentes que não me saíam da mente: a filha da rainha da Holanda, parcialmente cega e surda devido a um sarampo contraído durante a gravidez; o filho de uma amiga, nascido há poucas semanas com a cabeça do tamanho de uma laranja, porque sua mãe tinha contraído uma infecção nas primeiras semanas da gravidez. Mas, como poderíamos continuar, sem ter certeza?

Decidi descobrir tudo que pudesse

sobre a possibilidade de uma anomalia, sua natureza e dimensão, as conseqüências no desenvolvimento da criança e na sua vida de adulto. Por mais que quiséssemos este filho, não poderíamos tê-lo, se o risco fosse muito grande. Não assumiríamos a responsabilidade de trazer ao mundo uma criança tão seriamente desfavorecida. Eu não tinha aquele direito, nem por sua causa, nem pela nossa.

Meu marido chegou à mesma conclusão. Telefonou ao Dr. M. e bombardeou-o com perguntas. O médico explicou que, em sua opinião, não havia razão para esperar uma anomalia inevitável.

Queríamos fatos, não apenas uma opinião. Exigimos percentagens, exemplos, razões concretas de esperança. O Dr. M. admitia que não podia fornecer dados. Mas, diante de nossa insistência e ansiedade, indicou-nos o maior especialista francês nesta doença. Assim, fomos visitar o Dr. P. e pedir sua opinião.

«Qual o risco exato que estamos correndo?», perguntei.

«O de dar à luz uma criança com toxoplasmose congênita», respondeu ele francamente. «As conseqüências podem ser ligeiras ou sérias. Nos casos de meu conhecimento, nos quais a mãe foi convenientemente tratada, tudo correu bem. É impossível predizer. Infelizmente, não temos meios para saber se a criança nascerá normal. Só posso lhe dizer que, se ela for seriamente afetada, as probabilidades de sobrevivência

são, infelizmente, muito reduzidas.»

«Que faria em nosso lugar, doutor?»

«Se fosse minha filha de 20 anos, que ainda tem pela frente todas as oportunidades para ser mãe, eu aconselharia interrupção», disse ele. «Mas, em vista de sua idade e do fato de que deseja muito este filho...»

«A cirurgia é permitida nestas circunstâncias?»

«Na França, não.»

Havia muita segurança no que nos dissera o dr. P.: sempre que a mãe era convenientemente tratada, as coisas corriam bem. Por isso, decidi ir até o fim.

Resisti durante 10 dias. No 11.º, despertei de repente com a certeza de que estávamos sujeitos a um desastre. Mesmo se o risco da malformação fosse de um para cem, que direito tinha eu de corrê-lo? Minha ansiedade, reprimida até então, subitamente veio à tona. Eu queria um filho — mas só se ele tivesse cérebro que pudesse pensar, olhos que enxergassem, sistema nervoso sensível, punhos com os quais pudesse se defender.

Além disso, teríamos interpretado corretamente o conselho do Dr. B.? O código penal francês proíbe qualquer atitude que conduza ao aborto. O simples fato de ter o Dr. P. sugerido interrupção, no caso de uma mulher mais jovem, devia ter nos feito refletir melhor. Esta criança, afinal de contas, não significava a nossa última oportunidade de ter um filho.

Não precisei explicar nada disto a meu marido. Ele também vinha seguindo a mesma linha de raciocínio na última semana. Telefonamos ao Dr. A., o médico de Genebra que tinha descoberto o tumor. Ele nos aconselhou antes, que tomássemos uma decisão irrevogável, a ir a Genebra consultar o Prof. X., um dos ginecologistas suíços mais competentes para julgar meu caso.

Depois de estudar meu problema, com os resultados dos últimos testes, o Prof. X. virou-se para o Dr. A., presente à consulta, e declarou textualmente: «Não há a menor dúvida. Aconselho definitivamente a interrupção. Uma criança, em três, cuja mãe tenha contraído toxoplasmose durante a gravidez, nasce com a doença.»

«O que pode lhe acontecer?», perguntei mais uma vez.

«Nem todos sobrevivem muito tempo. Outros, ao contrário, parecem normais», respondeu calmamente o Prof. X. «Mas, mesmo quando não apresentam, a princípio, sinais visíveis de anomalia, vivem sob a permanente ameaça de uma bomba-relógio. O toxoplasma, enquistado, torna-se inofensivo até o momento imprevisível em que, como uma bomba, o quisto explode. A criança morre ou os milhares de parasitas repentinamente libertados deixam lesões. Se isso ocorre no cérebro ou nos olhos, o dano é irreparável. Sei que deseja esta criança, mas não seria razoável persistir neste desejo.»

Uma comissão passou a se reunir

no hospital, duas vezes por semana, para estudar a proposta de aborto que lhe fora solicitada. Era terça-feira. Se todas as formalidades-necessárias fossem cumpridas, eu poderia ser hospitalizada naquela noite.

O diretor da comissão confirmou inteiramente a opinião do Prof. X. Acrescentou com segurança: «Não fique alarmada em relação ao futuro. A Senhora poderá ter outros filhos, se quiser.»

A mesma coisa me disse minha filha mais velha, quando voltei para casa na semana seguinte. «Não fique triste, mamãe; dará certo na próxima vez.» Ela tem razão. Dará certo na próxima vez.

Se contei esta história, é porque diz respeito a todas as mulheres francesas no mesmo dilema. Estamos todas diante das inúmeras dificuldades em obter informações claras e completas sobre os riscos corridos por nossos filhos em relação às doenças contraídas durante a gravidez.

A França é um dos muitos países nos quais é negada a futuros pais a liberdade para fazer a mesma escolha que eu e meu marido fizemos. No entanto, um número cada vez maior de nações (todos os países escandinavos, Inglaterra, Suíça, Japão, algumas regiões dos Estados Unidos, todas as nações da Europa Ocidental) levam em consideração a eugenia para justificar a interrupção da gravidez. Na França, entretanto, a lei pune as mulheres que optam pelo aborto

com sentenças penais de seis meses a dois anos, ou multas de 360 a 7.200 francos. Quem promove ou tenta promover um aborto é passível de um a cinco anos de prisão, ou multa de 18.000 a 36.000 francos. Esta lei se aplica a despeito das circunstâncias ou motivos envolvidos.

No momento em que escrevo, um projeto de lei está sendo estudado pela Assembléia francesa que oferece esperanças para o futuro. Nele, o deputado Dr. Claude Peyret sugere os seguintes critérios humanos para o aborto legal:

1. Quando a vida da mãe estiver ameaçada por sérias complicações resultantes da gravidez.

2. Quando a gravidez decorrer de ato criminoso ou violento.

3. Quando se comprovar a existência de uma doença incurável no embrião, podendo resultar no nascimento de uma criança com séria anomalia física ou mental.

As pesquisas afirmam que 91 por cento dos franceses acreditam que o aborto médico deveria ser legal, quando a criança em gestação se arrisca a ser anormal.

O aborto no Brasil

O aborto, no Código Penal Brasileiro, está incluído no capítulo dos crimes contra a vida, e é punido com a pena de detenção. «A mulher que provocar aborto em si mesma, ou consentir que outrem lho provoque» está sujeita à pena de 1 a 3 anos de prisão.

Quem provoca o aborto pode ser punido com reclusão de 1 a 4 anos — sentença que será duplicada se a gestante sofrer grave lesão ou morrer. Se o aborto é provocado sem o consentimento da mulher, a punição será de 3 a 10 anos de prisão.

O Código só permite a um médico provocar o aborto em dois casos: quando não houver outro meio de salvar a vida da gestante; quando a gravidez é resultante de estupro, sendo necessário porém o consentimento da gestante ou do seu representante legal.

Nenhum país civilizado permite o chamado aborto livre, isto é, a interrupção da gravidez em qualquer época, antes do nascimento. O estudo da legislação comparada mostra que, salvo uma minoria, em que o aborto é permitido, mesmo quando houver risco de vida para a gestante, todas as legislações punem o aborto fora dos casos especialmente estipulados nos seus Códigos Penais. O que varia é apenas a maior ou menor liberalidade na enumeração das exceções permitidas e o grau das penas que são impostas.

Dr. C. A. Dunshee de Abranches,

Membro do Comitê Interamericano dos Direitos do Homem